

## **Ensaio sobre a Cronística e a Guerra em Portugal no final da Idade Média**

André Luiz Bertoli<sup>1</sup>

(Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa  
FCSH/UNL, Lisboa, Portugal)

**RESUMO:** Neste artigo, faremos uma breve exposição da pesquisa que estamos desenvolvendo. Esta tem como tema central a representação da guerra e da violência na cronística portuguesa do século XV até a primeira metade do XVI. Especificamente, propomos uma análise da construção de um perfil de cavaleiro e ação exemplar nas guerras, considerando as virtudes e valores indicados como ideais pelos cronistas e, também, o comportamento condenável, o “contra-modelo” de cavalaria. Como é uma pesquisa ainda em desenvolvimento, faremos uma rápida exposição das fontes analisadas, bem como de parte da bibliografia sobre a guerra, a violência e o gênero cronístico ao final da Idade Média. A partir desta exposição, levantamos questões pertinentes que direcionam nosso esforço de pesquisa, abrindo a possibilidade de uma nova abordagem sobre a relação entre a guerra, a violência, a cavalaria e as construções e representações dos cronistas portugueses.

Palavras-chave: Idade Média – Portugal – Crônicas – Guerra – Cavalaria.

**ABSTRACT:** In this paper, we make a brief presentation of the research we are developing. The central theme is the representation of war and violence in the Portuguese chronicles of the fifteenth century until the first half of the sixteenth century. Specifically, we propose an analysis of the profile of knight and his exemplary action in the wars, considering the virtues and values given by chroniclers as ideals, and also the misconduct, the "counter-model" of chivalry. Because this is a research still in development, we make a short statement of the sources analyzed, as well as part of the literature on war, violence and chronicles in the late Middle Ages. From this introduction, we raised pertinent issues that drive our research effort, opening the possibility of a new approach on the relationship between war, violence, chivalry and the constructions and representations of the Portuguese chroniclers.

Key-words: Middle Ages – Portugal – Chronicles – War – Chivalry.

Este ensaio diz respeito a um projeto de trabalho onde abordaremos a Guerra e a Violência em Portugal, do século XV até a primeira metade do século XVI. Mais especificamente, buscamos tratar a possibilidade de análise da representação e justificativa construída pelos cronistas em torno dos conflitos portugueses, seja contra o castelhano na Península Ibérica, seja contra o mouro no norte da África, ou mesmo,

---

<sup>1</sup> Doutorando em História com ênfase em História Medieval, pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos Mediterrâneos (Nemed/UFPR) e ao Instituto de Estudos Medievais (IEM/FCSH/UNL). [andrelbertoli@gmail.com](mailto:andrelbertoli@gmail.com)

entre os próprios portugueses no caso de Alfarrobeira (1449). Dentro desta problemática mais ampla, daremos atenção a como os cronistas construíram e representaram a relação entre a violência e a cavalaria.

O conjunto de fontes que selecionamos para o desenvolvimento desta pesquisa é formado, principalmente, por obras de caráter narrativo, definíveis como “Crônicas”. Os textos escolhidos foram escritos entre a década de 1430 e 1560, mas o conteúdo exposto não é limitado a essas balizas temporais, já que cobre um período que vai desde a década de 1360 até 1550.

Acreditamos ser importante apresentarmos as fontes, começando pela *Crônica do Condestabre* (AMADO, 1993, pp. 186-187). Esta crônica, escrita por autor anônimo ainda antes de 1440, narra e exalta a vida e os “feitos” do Condestável D. Nuno Álvares Pereira (n.1360-m.1431), onde destacamos o forte apelo à glorificação cavaleiresca e senhorial. O cronista constrói uma imagem heróica e “santa” daquele, destacando-o por suas virtudes cavaleirescas e cristãs na defesa do reino contra a ameaça castelhana. Os conteúdos que transbordam nessa crônica – como a guerra, a violência do inimigo e contra ele, as atitudes cavaleirescas e, também, os atos de covardia de nobres e peões – têm destaque naquilo que estamos definindo como nosso objeto de estudo.

Em seguida temos as obras de Fernão Lopes (AMADO, 1997; FERNANDES, 1997; GUIMARÃES, 2004) – n.1378-m.1459. A primeira crônica de Lopes escolhida para integrar este corpus é a *Crônica de D. Fernando* (n.1345-m.1383), escrita entre o final da década de 1430 e início da seguinte. Nesta narrativa, além de outros temas apresentados pelo cronista, o que destacamos são as três guerras, contra os castelhanos (a primeira de 1369-1370, a segunda de 1372-1373 e a terceira de 1381-1382). Além dos feitos, ou fugas, na guerra, também damos atenção à violência e intrigas cortesãs, que, no momento oportuno, serão tratadas em nossa pesquisa.

Na seqüência das obras de Fernão Lopes está a *Crônica de D. João I*, n.1358-m.1433, escrita na década de 1440 (AMADO, 1993, pp. 180-182). Esta obra é dividida em duas partes, na qual a primeira trata do período do Interregno (1383-1385) e a segunda aborda parte do reinado de D. João I – de 1385 até cerca de 1410. Neste texto, além da iniciativa senhorial de personagens como Nuno Álvares Pereira e D. João, também há a iniciativa de uma força coletiva. Neste sentido, nos capítulos dedicados ao

conflito entre os partidários da rainha D. Leonor (n.1350-m.1386) e do Mestre de Avis, notamos um amplo destaque à ação violenta da coletividade. Além desta, destaca-se, com especial relevo, as batalhas contra Castela e a construção do modelo de “defensor” e vassalo definido para Nuno Álvares e o de rei para D. João I.

Em seguida, temos as obras do segundo cronista-mor, Gomes Eanes de Zurara (n.1410-m.1474). A primeira, encomendada por D. Afonso V (n.1432-m.1481), é a *Crônica da Tomada de Ceuta*, continuação da *Crônica de D. João I* e, por isso, inserida na seqüência das crônicas régias (BERTOLI, 2009). Essa crônica, escrita entre 1449-1450, é dividida em duas partes: a primeira é referente à decisão e preparação para o cerco contra Ceuta; a segunda é a narrativa do ataque, recheada de feitos bélicos e cavaleirescos realizados ao “serviço de Deus”, do rei e do reino português.

A segunda obra de Zurara a ser abordada é a *Crônica dos feitos de Guiné*, escrita entre 1452-1453 e complementada cerca de 1460 (BERTOLI, 2009). Destacamos esta por ser a narração dos feitos dos enviados, ou autorizados, pelo infante D. Henrique (n.1394-m.1460) para as viagens ao longo da costa africana entre as décadas de 1420 e 1450. Estes enviados agiam baseados nos mesmos princípios da guerra no norte da África, varrendo as costas no confronto contra muçulmanos e pagãos.

As duas últimas crônicas de Zurara nós trataremos conjuntamente, pois, de certa forma, é a “saga de uma família” no norte da África a partir de 1415 até 1464. Estas obras são a *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses* (CASACA, 2000), n.1370-m.1437, escrita entre 1458 e 1464, e a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses* (n.1414-m.1464), produzida entre 1464 e 1468. Conforme a opinião de Luís Krus, elas são “crônicas particulares” de glorificação cavaleiresca e senhorial (KRUS, 1993, p. 174). Mesmo encomendadas pelo rei D. Afonso V, notamos que o intuito delas era exaltar os personagens principais no exercício da cavalaria e da guerra, construindo exemplos de fidalgos e guerreiros fiéis ao rei e ao reino, que, de certa forma, serviriam de modelo à nobreza portuguesa. O conteúdo destes textos diz respeito aos feitos de ambos os fronteiros na luta contra o muçulmano no norte da África, marcada por cercos e cavalgadas dos mouros contra Ceuta e Alcácer Ceguer e os ataques portuguesas contra praças mouriscas. Além disso, as crônicas sobre os Meneses estavam alinhadas com a “cronística oficial” do reinado de D. Afonso V (KRUS, 1993, p. 174), no qual se

destacam as conquistas portuguesas em África e o exercício e triunfo da cavalaria cristã sobre os inimigos da cristandade.

Quanto a Rui de Pina (GOMES, 1993, p. 597), n.1440-m.1522, as obras que nos interessam são a *Crônica de D. Duarte*, a *Crônica de D. Afonso V* e a *Crônica de D. João II* (sobre as crônicas de Rui de Pina, mas também de Fernão Lopes e de Zurara, conferir: FRANÇA, 2006). A *Crônica de D. Duarte* (n.1391-m.1438), mesmo muito breve, narra vários momentos de conflito contra os muçulmanos em África. Nesta narrativa, destacamos a resistência dos portugueses que permaneceram em Ceuta frente às forças mouras, as recorrentes cavalgadas contra as vilas inimigas e, por fim, o desastre do cerco de Tânger (1437). O último tem uma narração pormenorizada, onde alguns dos capitães portugueses derrotados figuram como grandes líderes e cavaleiros.

Já na *Crônica de D. Afonso V*, além das cavalgadas e das conquistas do “Africano” no norte da África, também há a Batalha de Alfarrobeira (1449) e a guerra contra Castela (1475-1479). A narração das lutas contra os inimigos muçulmanos são encarniçadas e cheias de glórias da cavalaria cristã, todas justificadas como justas e/ou santas. Desta maneira é feita a narração da tomada de Alcácer Ceguer (1458), de Anafé (1464), de Arzila (1471) e o conseqüente abandono de Tânger pela mourama, que é tomada sem luta pelos portugueses em 1471.

Alfarrobeira, onde as forças régias derrotam e massacram o Duque de Coimbra, D. Pedro (n.1392-m.1449), e suas hostes, tem como móvel a desobediência e traição do infante e ex-Regente frente a seu rei e sobrinho. Enquanto a guerra contra Castela é justificada pelo fato de D. Joana (n.1462-m.1530), chamada de “Beltraneja”, ser filha de Henrique IV (n.1425-m.1474) e herdeira “deserdada” do trono castelhano. D. Joana, sobrinha de D. Afonso V, teve o rei português ao seu lado, tornando-se sua consorte por conta das pretensões daquele ao trono castelhano, o que desencadeou a guerra contra os reis Católicos, D. Isabel (n.1451-m.1504) e D. Fernando (n.1452-m.1516). Os últimos embates narrados nesta crônica são as ações de guerra contra Castela, dentre as quais tem grande destaque a suposta vitória portuguesa na Batalha de Toro (1476).

Para finalizar as obras de Rui de Pina, abordaremos a *Crônica de D. João II* (n.1455-m.1495). O cronista dá seqüência à narração da obra anterior, após a morte de D. Afonso V e ascensão de D. João II. Aqui, não destacamos somente os feitos em

guerra liderados por fidalgos portugueses no norte da África, pois, também há a narrativa de traição e deslealdade de grandes fidalgos contra o rei D. João II e, conseqüentemente, a descoberta, perseguição, julgamento e execução dos traidores – alguns deles sem terem sido julgados. No último caso, é a violência contra o monarca e a violência do monarca, pois, as execuções foram em nome e por ordem do rei.

O penúltimo texto a ser comentado é a *Crônica de D. João II* (VERDELHO, 1993, pp. 677-678) de Garcia de Resende (ROCHA, 1993, pp. 288-289), n.1470-m.1536, que a concluiu em 1533. Diferente de Fernão Lopes, Zurara e Rui de Pina, Garcia de Resende não era cronista-mor, mas sim, um poeta palaciano vinculado à corte de D. João II. Esta obra diferencia-se de duas formas da *Crônica de D. João II* de Rui de Pina. Contextualmente, pois Resende inicia a sua narrativa enquanto D. João ainda era o herdeiro do trono e, em seguida, passa ao seu reinado (1481-1495). Estilisticamente se diferencia porque possui características cronísticas e biográficas, sendo considerado um panegírico que relata a vida e as virtudes de D. João II (VERDELHO, 1993, p. 677). Desta obra enfatizamos os combates no norte de África, a guerra de D. Afonso V contra Castela – onde a liderança e sagacidade do herdeiro D. João se destacam – e os relatos de traição e execução de fidalgos portugueses.

Finalizamos com os *Anais de Arzila*, escrito por Bernardo Rodrigues, morador daquela praça e, após certa idade, sujeito ativo na luta contra os mouros durante a primeira metade do século XVI. Esta é uma crônica de cunho popular, militar e local, diferente tanto da crônica régia como da crônica nobiliárquica/particular. Os feitos narrados vão de 1508 até 1550, após os portugueses decidirem abandonar Arzila devido à pressão muçulmana e falta de recursos. O que nos interessa nessa obra, como nas outras, é a ação cavaleiresca, a guerra e a violência narrada pelo autor.

Como se pode notar, a atividade bélica tem grande destaque nas crônicas selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa em andamento. Os cronistas – sendo cronistas-mores, cortesãos ou um “guerreiro” de fronteira no norte da África – baseados em obras anteriores, documentos de chancelaria, testemunhos ouvidos e, em poucos casos, sendo as próprias testemunhas dos fatos, acabaram escrevendo uma “História” a respeito das guerras em que o rei e os fidalgos portugueses se envolveram. Uma “História”, pois é a interpretação e construção de um dos lados naqueles conflitos,

sendo, na maioria das vezes, obras encomendadas pela própria autoridade régia (MARQUES, 1998, p. 17; CADIOU, COULOMB, LEMONDE, & SANTAMARIA, 2007, p. 45).

Logo, acreditamos ser importante a realização desta pesquisa, onde abordaremos a representação da guerra, violência e cavalaria, bem como a sua relação na construção narrativa feita pelos autores do século XV e início do XVI. Como afirma Maria de Lurdes Rosa, “os cenários de guerra funcionam, para o historiador, como quadros de ressurgimento de relevantes estruturas mentais” (ROSA, 2009, p. 383). Além disso, uma pesquisa sobre a Idade Média que se estende até o século XVI, dentro das balizas temporais da “modernidade”, também se beneficia de novas reflexões a respeito de uma “Longa Idade Média” (BASHET, 2006), propondo pensar as permanências e rupturas sociais e mentais presentes nas crônicas selecionadas. Com isso, propomos refletir como o tipo de narrativa moral-régia/nobiliárquica/popular-“literária” que formam o conjunto dessas obras, lida com o problema exposto, central à “identidade” da cultura e dos grupos diretamente envolvidos na produção e recepção deste tipo de textos.

Assim, procuramos pensar sobre a continuidade de uma instituição de muita força material e imagética, a cavalaria. Ao ir atrás das mudanças, discursos e realidades que cercam esse universo, decidimos abordar a guerra e a violência, elementos que estão no cerne da vida do homem que labuta com as armas. No presente, em um mundo cheio de enfrentamentos que não incluem o diálogo, o uso do passado arma fundamentalismos de todos os tipos que a ciência histórica pode ajudar a desvanecer. Na consciência da nossa sociedade, notamos que a memória revela substratos de tempos que parecem tão remotos, como o medieval, mas que pululam na literatura, na língua, na música, nas artes e, por que não, no discurso político atual.

Conforme proposto nos trabalhos de João G. Monteiro (MONTEIRO, 1998, p. 19) e Miguel Martins (MARTINS, 2007, p. 1), ao encararmos a guerra em sua complexidade nós percebemos que ela é um fenômeno social a ser analisado a partir de vários aspectos. Como uma atividade humana, a guerra pode definir a consciência de unidade, a religiosidade, as ideologias, a organização social, o sistema administrativo, político, econômico, cultural e intelectual, sendo também influenciada por estas. Como afirmou Maurice Keen, “a guerra era uma influência formativa na civilização e nas estruturas sociais da Europa Medieval” (KEEN, 1999, p. v).

Numa leitura prévia das fontes, confirmamos a opinião de João G. Monteiro (MONTEIRO, 1998), para o qual a atividade bélica compreendia o todo: saques, cercos, invasões, destruição ou controle de pontos estratégicos, cavalgadas e, obviamente, as batalhas campais (MONTEIRO, 1998, p. 311; O'CALLAGHAN, 2004, pp. 140-143; MARTINS, 2007, p. 702; MONTEIRO, 2009, pp. 80-81 e 90-91), um recurso decisivo, mas que dependia da aquiescência de ambos os lados para ocorrer e, por isso, raro. As cavalgadas (MONTEIRO, 1998, p. 378; O'CALLAGHAN, 2004, p. 134; MARTINS, 2007, p. 583) e os cercos (O'CALLAGHAN, 2004, pp. 135-140; MARTINS, 2007, pp. 643-644) eram os aspectos mais recorrentes na guerra e, também, na crônica. As primeiras eram incursões ao território inimigo com o intuito de saquear, depredar, capturar e matar, minando os recursos alimentares, humanos e de defesa do adversário. Já os cercos eram campanhas para isolar o inimigo até acabarem suas reservas, sendo operações longas, incertas e custosas, nas quais os resultados variavam desde o levantar do cerco, a rendição do sitiado ou a tomada de assalto, sendo a última a mais sangrenta.

Pelas referências das fontes, temos a impressão de que a ação do conjunto da população em atividades bélicas não teve grande destaque, o que não condizia com a realidade medieval. Nestas obras destacam-se a valorização do individual ou de pequenos grupos, da cavalaria e não da peonagem. Há exceções, seja a ação coletiva na primeira parte da *Crônica de D. João I* ou a ação dos peões nos *Anais de Arzila*. Outro fator recorrente nos textos é a ação da “cavalaria desordenada” – reminiscência cultural ancestral – e da “cavalaria ordenada” – proveniente da tentativa de controle da força física através de moralização dos guerreiros e cristianização da guerra (ROSA, 2009, pp. 384-385 e 394). Numa sociedade onde o exercício da força era exaltado e a violência constante, a cavalaria havia de se destacar, sendo esta permeada por uma longa tradição pagã e guerreira, que foi apropriada e reformulada pela cultura cristã e nobiliárquica (dentre os autores que se referem ao tema: FLORI, 2005; KAEUPER, 2009; ROSA, 2009).

Neste sentido, percebemos que a esfera religiosa envolvia e definia grande parte dos valores e das virtudes que permeavam a sociedade medieval. Nas crônicas, a religiosidade pode ser percebida na justificativa do conflito entre cristãos – a concepção de “guerra justa” definida por Santo Agostinho (FLORI, 2005, p. 133) –; na decisão de iniciar ou continuar a guerra contra o “infiel” – sacralizada como “guerra santa” (FLORI,

2005, pp. 92 e 135) –; nas santidades conclamadas pelos guerreiros e pelo resto da população ao enfrentarem o inimigo – os santos eram um elemento agregador e de identidade (ROSA, 2009, p. 395) –; no agir do cavaleiro cristão honrado e exemplar; na condenação de ações covardes e abusivas contra o inimigo vencido e os mais fracos; entre outros (sobre “os motivos sagrados e sacralizadores”, conferir: ROSA, 2009).

Nos últimos trinta anos, notamos o desenvolvimento de uma historiografia sobre a guerra distinta da antiga História Militar baseada nas estratégias, feitos e personalidades. Hoje, a guerra é abordada a partir de uma grande variedade de temas e métodos, muitas vezes, de forma pluridisciplinar. Isto porque alguns autores têm uma perspectiva histórica influenciada pela antropologia, onde se destaca a percepção da estruturação da sociedade guerreira e suas formas de sociabilidade, bem como a compreensão das estruturas mentais da sociedade medieval. Além dessa guinada na direção da antropologia, também há um “retorno” à teoria literária e as estratégias de construção dos discursos e representação da guerra nos textos medievais.

Desta produção mais recente, destacamos textos que abordem em conjunto, ou separados, quatro eixos temáticos: “Guerra”, “Cavalaria”, “Marcas da Guerra” – os danos causados além dos campos de batalha – e, finalmente, “Memórias, Crenças e Mentalidades na Guerra”. A linha que os divide é tênue, diluindo-se nas leituras.

Começaríamos por destacar o livro clássico *A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*, de Jean Flori. Aí se mostra que o conceito *cavalaria* evoluiu durante séculos, da *militia* romana, passando pela cavalaria pesada formada por guerreiros de elite, até definir um modo de vida com ideologia, ética e valores próprios que influenciaria a nobreza (FLORI, 2005, p. 15). Nos séculos XI e XII, a cavalaria ainda era a corporação dos guerreiros de elite, aberta aqueles que se destacassem nos feitos de armas, mas, a partir do século XIII, ela foi limitada aqueles com “nobreza de sangue” (FLORI, 2005, pp. 39-40).

A honra, a coragem, a proeza e a reputação sempre foram aspectos exaltados no mundo militar. Estas foram somadas a piedade religiosa, mesmo sendo dimensões radicalmente opostas (FLORI, 2005, p. 92). Esta incompatibilidade foi amenizada ao longo dos séculos pela doutrina eclesiástica, pois os *bellatores* eram um grupo necessário para o equilíbrio da sociedade. Todavia, as influências culturais da cavalaria

ultrapassavam a alçada da Igreja, conformando uma ideologia com valores próprios e uma ética “muito mais profana e mundana” (FLORI, 2005, p. 138). Esta dicotomia acentuou a divisão da cavalaria entre o ideal e a prática, constituindo um mito de inspiração eclesiástica e literária que não condizia com a realidade. Mas, para Flori, este ideal amenizou as conseqüências da guerra e da violência (FLORI, 2005, p. 186).

Em seu livro *Chivalry and Violence in Medieval Europe*, Richard W. Kaeuper afirma que se analisarmos a cavalaria em sua complexidade, podemos perceber a relação daquela com a violência e a “ordem pública” (KAEUPER, 1999, p. 2). Nesta relação, o cavaleiro tinha um papel ambivalente na manutenção da ordem, sendo sua violência necessária, mas, se excessiva, condenada. Isto se refletia no “código da cavalaria”, que também era complexo e problemático, sendo “reformado” ao longo do medievo. No entanto, as reformas não diminuíram a distância entre a prática violenta e o ideal exposto nos textos modelares, sendo a cavalaria um conceito trabalhado sob constante tensão (KAEUPER, 1999, pp. 4 e 9).

A análise desta tensão é aprofundada por Kaeuper em *Holy Warriors: the Religious Ideology of Chivalry*. Numa sociedade a ser ordenada, os cavaleiros tinham sua função regulada e controlada pelas duas esferas dominantes – o governo leigo e a Igreja –, mas não passivamente. Este conflito entre os ideais dos diferentes poderes era constante, pois a piedade e *caritas* cristã eram confrontadas com a concepção guerreira de honra, habilidade com armas e triunfo sobre o inimigo (KAEUPER, 2009, pp. 6-7). Tensão que também é percebida por Maria de Lurdes Rosa,

“a relação geralmente conflitual que existia entre a primeira função – a da ordenação social baseada no direito e na concertação –, e a segunda – a força física potencialmente sem controle –, prolongou-se na relação entre os descendentes daquela – poderes centrais e Igreja – e os desta – os guerreiros por nascimento e treino militar [...]”. (ROSA, 2009, p. 384).

É este paradoxo presente na ideologia cavaleiresca que Richard Kaeuper procura perceber, enfatizando a independência na seleção de idéias teológicas que complementassem os ideais guerreiros (KAEUPER, 2009, pp. 7, 32, 66-93). Contrariando Flori, Kaeuper afirma que o ideal da cavalaria não modificou substancialmente o comportamento dos guerreiros em situações conflituosas (KAEUPER, 1999, p. 185).

Destacamos também as problemáticas abordadas no livro *By Sword and Fire*, de Sean McGlynn, que busca analisar a violência durante a chamada “Era da Cavalaria”. Neste livro, McGlynn procura demonstrar que as atrocidades medievais não foram fruto exclusivo da ação de soldados mal disciplinados, sedentos por sangue e saque. O autor explica que a violência excessiva era parte do imperativo militar e das estratégias de guerra, onde os modelos ideais não se encaixavam (MCGLYNN, 2008, pp. 5 e 252). Por essa e outras razões, o autor afirma que nunca houve na prática uma “era de ouro da cavalaria”, mesmo que tenha existido um código de cavalaria (MCGLYNN, 2008, p. 7). Na opinião de McGlynn, a motivação do código era mais para preservar uma elite que para por em prática uma conduta cavaleiresca ideal (MCGLYNN, 2008, pp. 75,79-80).

Ainda dentro do eixo “Guerra”, mas com a especificidade própria da abordagem ao palco bélico de “Reconquista”, destacamos o livro *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Neste livro, Joseph O’Callaghan busca compreender a Reconquista situando-a juntamente com a Cruzada na Terra Santa. O autor afirma que a Reconquista é um conceito definido nas Astúrias no século VIII e melhor delineado nos séculos seguintes (O’CALLAGHAN, 2004, pp. 3-4). Desde o seu início, o caráter territorial da luta estava par a par com o religioso (O’CALLAGHAN, 2004, pp. 10-11). Porém, este conflito, mesmo sendo caracterizado como uma guerra justa dentro do conceito agostiniano, ainda não era uma guerra santa e uma Cruzada – conceitos definidos pela igreja séculos depois. O interesse do autor está na evolução da Reconquista entre os séculos XI e XIII, quando a “Hispania” passa a ser reconhecida como um espaço cruzadístico (O’CALLAGHAN, 2004, p. 21). Uma ideologia poderosa, pregada por membros da Igreja e apropriada por reis e grandes senhores, permitindo-lhes justificar e santificar a guerra de conquista contra os muçulmanos na Península Ibérica.

Vejamos agora de que maneira a historiografia portuguesa tem tratado o tema em apreço. João Gouveia Monteiro abordou a História Militar Portuguesa entre 1367 e 1450, buscando atingir uma visão do conjunto – social, econômico, religioso e moral –, o que denominou de “uma experiência de ‘história da guerra total’” (MONTEIRO, 1998, p. 20). Deste livro, alguns temas serão particularmente importantes para o nosso trabalho, como o papel das práticas guerreiras e das crenças na constituição de parte substancial da “cultura” e costumes da sociedade. Neste sentido, o autor buscou perceber as normas

e idéias que os letrados – clérigos e laicos – buscaram incutir no comportamento guerreiro, tentando discipliná-lo e moralizá-lo (MONTEIRO, 1998, p. 488). Por fim, na concepção do autor, a guerra era destrutiva, mas também tinha uma função ordenadora, reguladora e estruturadora da sociedade (MONTEIRO, 1998, p. 489).

Destacaria em seguida a Tese de Doutorado de Miguel Gomes Martins, intitulada *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*. Por entender a guerra como um fenômeno social abrangente, o autor acredita ser este um tema indispensável para compreender a História Militar e alcançar um entendimento global da História (MARTINS, 2007, pp. 1-2). Com o intuito de compreendê-la em um contexto definido e dentro da perspectiva da “história da guerra total” lançada por João G. Monteiro, neste trabalho, Miguel Martins aborda uma grande quantidade de temas referentes ao exercício bélico, pensando nos elementos organizacionais e práticos que atravessavam e alteravam visivelmente toda a sociedade.

Em consonância com Christopher Allmand (ALLMAND, 1999, pp. 261-263), Martins afirma que a guerra atingia toda a sociedade, tanto nos aspectos diretos e violentos, como na sua organização. Desta forma, o não-combatente estava sempre envolvido no esforço bélico, sendo aqueles que produziam alimentos, pagavam impostos, fabricavam armas, construía e reformavam fortalezas, criavam animais e, caso necessário, eram cooptados como peões e auxiliares nas campanhas (MARTINS, 2007, p. 755). Assim, “longe de serem vítimas ocasionais e inocentes ou um dano colateral, [os civis] constituía um objectivo militar da maior importância estratégica e que – em conjunto com os seus bens e propriedades – importava, a todo o custo, anular” (MARTINS, 2007, p. 777). Explicitado o principal motivo, chamamos atenção ao fato de que a violência desenfreada era prática constante da maioria dos efetivos, fossem populares ou nobres. Muitas vezes, os atos violentos eram premeditados, autorizados e até planejados pelos comandantes – grandes senhores e reis – intencionando minar a moral, a base econômica e a subsistência da sociedade e do exército inimigo (MARTINS, 2007, pp. 768-770 e 775). “Ao fim e ao cabo, ‘guerra é guerra’ e, nessa perspectiva, todos os actos, mesmo os mais hediondos, estavam à partida justificados pela necessidade de dominar, a todo o custo, o adversário” (MARTINS, 2007, p. 770).

Como se nota, tanto na Idade Média como hoje, a guerra e a violência são exercícios de poder através da força sobre um determinado espaço e sua população, intencionando vergar a vontade e vencer o inimigo. Ou seja, são poderes destrutivos e coercitivos. No contexto analisado, esta relação entre poder e território também é percebida no contato entre Portugal, os Reinos Peninsulares e a Cristandade. Mesmo sendo parte da “História da Cristandade”, as obras selecionadas têm um caráter marcadamente regional, já que os cronistas narraram acontecimentos circunscritos a um determinado reino. Galán Sánchez definiu este fato como uma evolução do gênero cronístico, sendo “un visible proceso de ‘regionalización’” (GALÁN SANCHÉZ, 1994, p. 29). Ademais, as crônicas refletiam os interesses e ideologias da nobreza e do clero, por quem eram escritas ou encomendadas. Aos relatores ou patronos dos textos interessava os “efeitos políticos e os atos pios do rei e dos senhores feudais, o viver imaculado e santo dos clérigos” e, principalmente, “as batalhas e as façanhas de heroísmo, tudo aquilo, em suma, que pudesse distrair e edificar” (MARQUES, 1998, p. 16-17). Parece-nos, então, que as crônicas medievais são narrativas históricas e literárias que abordam um determinado contexto a partir do presente do cronista e do seu patrono; discurso que representava e até construía os acontecimentos e a imagem de personagens que marcaram um momento histórico.

É importante para a realização deste trabalho que se concentra na área da História Cultural, mas tangencia a História Militar, conceitos e métodos que permitam uma análise aprofundada das fontes. Como sabemos, as práticas da nobreza levaram tanto a condenação como a idealização do exercício bélico, o que, conseqüentemente, gerou representações sobre o mesmo. Assim, a contribuição de Roger Chartier é formada pelo trio *prática, representação e apropriação*. Segundo Chartier, os objetos culturais seriam produzidos entre práticas e representações, enquanto os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos (CHARTIER, 1990, p. 27).

Complementando a nossa abordagem das fontes narrativas, também levamos em conta a leitura de Jaume Aurell sobre os textos medievais – sobre narrativa ainda há importantes autores como Paul Ricoeur e Jörn Rüsen. Baseando-se criticamente em textos do “novo medievalismo” de autores como Lee Patterson, Gabrielle Spiegel e Stephen G. Nichols, Aurell propõe analisarmos os textos medievais como artefatos

literários e históricos, considerando a sua complexidade e unidade narrativa (AURELL, 2006, p. 810). Segundo Aurell, a “teoria dos gêneros literários”, assimilada pela historiografia, permitiu-nos à reflexão em torno das diferentes formas literárias dos textos medievais a serem analisados (AURELL, 2005, p. 235). Para Aurell, a escolha de um gênero estava diretamente conectada ao seu contexto de produção, ambos definindo as regras de apresentação do conteúdo histórico das fontes.

Destacamos o que diz respeito à teoria e método de análise. Ao analisarmos textos medievais, nós devemos ter em mente e fazer a relação entre referência e ficção, História e gênero literário, contexto e texto, conteúdo e forma; ter conhecimento do contexto de produção, levando em conta a relação entre o passado, o presente e o futuro no influxo do *presentismo* na constituição das obras – pois, o homem e seus relatos são frutos de seu tempo (BLOCH, 2002) –; levar em conta a lógica e função do texto histórico; saber que ao longo da Idade Média houve uma sobreposição e assimilação dos gêneros literários e históricos; refletir sobre a conexão entre as transformações literárias, historiográficas e as mudanças sociais; pensar no sentido da prosificação e vernacularização das crônicas; e, finalmente, lembrar que a Crônica é o gênero historiográfico que triunfou no final da Idade Média (AURELL, 2005; AURELL, 2006).

A partir daqui, pode-se chegar à conclusão de que a crônica medieval era uma “História que não é História”, pois os cronistas mais construíam que relatavam, utilizando artifícios e estratégias literárias para construir e legitimar a “História” que escreviam. Devido a este fato, os estudiosos do medievo têm que ter cuidado ao analisá-las, buscando embasamento na área de teoria literária, mas, sobretudo, têm de conhecer o contexto de produção e, também, o contexto relatado pelo cronista. Ou seja, o historiador deve levar em conta uma metodologia interdisciplinar que ultrapasse a fronteira entre a História, a Teoria Literária e a Linguística.

Estamos conscientes que a nossa abordagem às problemáticas historiográficas ainda tem que ser muito desenvolvida, no sentido da aplicação ao estudo das fontes concretas. A leitura da bibliografia foi, sobretudo, tendo como objetivo a definição de um conjunto alargado de perguntas pertinentes, que com o avançar do trabalho virão a ser reavaliadas. Assim, em nossas fontes, interessa-nos saber como foi construída e representada a relação entre a cavalaria e a violência? Quais os argumentos utilizados

pelos cronistas para legitimar a guerra e o excesso de violência? Teremos como elencar uma tipologia e um padrão das violências? As ações violentas contra os “não-combatentes” eram vistas como parte da lógica da guerra? Levando em conta os “princípios cavaleirescos”, como eram percebidas as ações violentas contra o clero e os “indefesos”? Os cronistas percebiam o paradoxo entre os valores cristãos e os guerreiros? Quem eram os personagens centrais na práxis bélica? Quando a violência podia trazer glória e honra e quando era considerada ingloria e desonrosa?

### Referências Bibliográficas

ALLMAND, Christopher. 1999. “War and the non-combatant in the middle ages”. In.: KEEN, Maurice H. (Ed.). *Medieval Warfare – a History*. Oxford: Oxford University Press.

AMADO, Teresa. 1993. “Crónica do Condestabre”; “Crónica de D. João I”. In.: LANCIANI, Giulia (org.) & TAVANI, Giuseppe (org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

AMADO, Teresa. 1997. *Fernão Lopes – contador de História*. Lisboa: Estampa.

AURELL, Jaume. 2005. “From Genealogies to Chronicles: the power of the form in medieval Catalan Historiography”. In.: *Viator*, volume 36.

AURELL, Jaume. 2006. “El Nuevo Medievalismo y la Interpretación de los Textos Históricos”. In.: *Hispania. Revista Española de História*, volume LXVI, número 224, septiembre-diciembre.

BASHET, J. 2006. *A civilização feudal – do ano mil a colonização da América*. São Paulo: Globo.

BERTOLI, André Luiz. 2009. *O Cronista e o Cruzado: a revivescência do ideal da cavalaria no outono da Idade Média Portuguesa (séc. XV)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

BLOCH, Marc. 2002. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CADIOU, F., COULOMB, C., LEMONDE, A. e SANTAMARIA, Y. 2007. *Como se faz a história – historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis: Editora Vozes.

CASACA, António A. N. 2000. *O olhar do outro na Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Aberta. Lisboa.

CHARTIER, Roger. 1990. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL & Editora Bertrand Brasil.

FERNANDES, Fátima Regina. 1997. *As relações régio-nobiliárquicas no reinado de D.Fernando I de Portugal*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

FLORI, Jean. 2005. *A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo: Madras.

FRANÇA, Susani S. L. 2006. *Os Reinos dos Cronistas Medievais (século XV)*. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes.

GALÁN SANCHÉZ, Pedro Juan. 1994. “Capítulo I – Constituyentes esenciales del género cronístico”. In.: GALÁN SANCHÉZ, P. J. *El género historiográfico de la Chronica – las crónicas hispanas de época visigoda*. Universidad de Extremadura, Cáceres.

GOMES, R. Costa. 1993. “Rui de Pina”. In.: LANCIANI, Giulia (org.) & TAVANI, Giuseppe (org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. 2004. *Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei – “Decifra-me e te devo”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

KAEUPER, Richard W. 1999. *Chivalry and Violence in Medieval Europe*. New York: Oxford University Press Inc.

KAEUPER, Richard W. 2009. *Holy Warriors: the Religious Ideology of Chivalry*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

KEEN, Maurice H. (Ed.). *Medieval Warfare – a History*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KRUS, Luís. 1993. “Crónica”. In.: LANCIANI, Giulia (org.) & TAVANI, Giuseppe (org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

MARQUES, A. H. de Oliveira. 1998. *Ensaio de Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Palas Editores Ltda.

MARTINS, Miguel Gomes. 2007. *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Doutor João Gouveia Monteiro. Coimbra.

MCGLYNN, Sean. 2008. *By Sword and Fire: Cruelty and Atrocity in Medieval Warfare*. London: Weidenfeld & Nicolson.

MONTEIRO, João Gouveia. 1998. *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Notícias Editorial.

MONTEIRO, João Gouveia. 2009. “Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do “paradigma Gillingham”. In.: VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. *A guerra e a sociedade na Idade Média*. 6 a 8 de Novembro de 2008. Volume I.

O’CALLAGHAN, Joseph F. 2004. *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

ROCHA, A. Crabbre. 1993. “Garcia de Resende”. In.: LANCIANI, Giulia (org.) & TAVANI, Giuseppe (org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

ROSA, Maria de Lurdes. 2009. “Por detrás de Santiago e além das feridas bélicas. Mitologias perdidas da função guerreira”. In.: VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. *A guerra e a sociedade na Idade Média*. 6 a 8 de Novembro de 2008. Volume II.

VERDELHO, E. 1993. “Vida e Feitos de D. João II”. In.: LANCIANI, Giulia (org.) & TAVANI, Giuseppe (org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.